

A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA

por Mário Soares

Estamos a duas semanas do começo da presidência portuguesa da União Europeia. E a poucas horas do Conselho Europeu (21 e 22 de Junho) que fará o balanço da presidência alemã.

Apesar dos louváveis esforços da Alemanha, poucos ousarão esperar que o problema fique resolvido no próximo Conselho Europeu. O que significa, com alguma probabilidade, que passará para a presidência portuguesa, o que representa uma enorme responsabilidade acrescida, a juntar a bastantes outras, igualmente de considerável peso.

Em que consiste o problema do Tratado Constitucional? Recorde-se que o Tratado, há dois anos, foi subscrito por todos os Chefes de Estado e de Governo que constituíam, então, a União. Dezoito Estados o ratificaram depois e mais dois - Portugal e a Irlanda - se declararam, em Madrid, dispostos a fazê-lo, quando necessário.

Sucede que a França e a Holanda disseram não nos referendos de ratificação. Daí resultou um prolongado impasse e um bom pretexto para muitas omissões. Alguns, com alguma precipitação, declararam o projecto de Tratado "morto e enterrado". Outros, mais discretamente, procederam como se assim fosse, mesmo alguns chefes de Governo que o haviam subscrito. Blair foi um deles.

A eleição do Presidente Sarkozy, em França, veio complicar a questão. Sabe-se que é reticente quanto a avanços da União e partidário de um directório europeu. O que é obviamente contrário ao princípio da igualdade de todos os Estados-membros, um dos pilares essenciais da União. Mas Sarkozy agora parece satisfazer-se com um mini Tratado ou um Tratado "simplificado". Resta saber, como escreveu Giscard d'Estaing, o que significa "simplificado". Se quer dizer amputado, a resposta - Giscard dixit - será um rotundo não.

Assim estamos, a poucas horas do Conselho Europeu de Bruxelas. É difícil prever o que se irá passar, dado que pouco tem transpirado para a opinião pública. Se não houver progresso real a decepção vai ser enorme e o euro-cepticismo aumentará em flecha. O motor franco-alemão entraria em panne mesmo que a França não se juntasse aos Estados-membros que se opõem aos avanços da União: o Reino Unido, a Polónia, a Holanda, a República Checa...

Considero que a diplomacia portuguesa tem trabalhado com grande determinação e eficácia para assegurar uma boa presidência, na linha das anteriores. O primeiro ministro é um europeísta convicto e confesso, empenhado em dar o seu melhor. Logo na primeira semana asseguramos, em Lisboa, a I Cimeira da União Europeia-Brasil, o que será, pelo simples facto de se realizar, por iniciativa portuguesa, altamente estimulante para o reforço das relações luso-brasileiras, em si mesmas excelentes, tendo também repercussões positivas no quadro da Lusofonia. Haverá outras Cimeiras, igualmente importantes, como: União Europeia-África; União Europeia-Magreb; União Europeia-Rússia; etc...

Quer isto dizer que Portugal vai ter uma enorme visibilidade, nos próximos meses. E o Governo vai ser obrigado a uma actividade frenética, sem no entanto poder descurar a frente interna. A estratégia de Lisboa irá ter um novo impulso - Maria João Rodrigues está de novo empenhada nesse projecto, o que é uma excelente notícia - e, obviamente, o problema do Tratado Constitucional (que pouco depende de nós) vai ser uma pedra de toque fundamental.

Há algo que é decisivamente importante e que nos deve tranquilizar. Os dois principais partidos políticos portugueses - PS e PSD - sempre foram profundamente europeístas. E não haverá querelas partidárias em matéria de presidência portuguesa. Marques Mendes já o anunciou e, a meu ver, com muito bom senso e sentido patriótico.

Espero, finalmente, que a opinião pública portuguesa seja bem informada de tudo o que for sendo feito, para que a sociedade civil possa acompanhar todo o processo e aprofundar os seus conhecimentos sobre o futuro da União. Os portugueses sempre foram profundamente europeístas e é nessa linha que devem continuar. Com agudo conhecimento do que têm a ganhar.

Lisboa, 21 de Junho de 2007